

# **DESENVOLVIMENTO RURAL NA PROVINCIA DO HUAMBO**

## **UMA VISAO PARA O FUTURO**

---

ANTONIO JOAQUIM RUSSO

Huambo, 7 de Outubro de 03

1. Na sua curta história de 28 anos, Angola, inicia pela terceira vez um processo de reconstrução.

O conflito armado surgido pouco antes da independência e que se prolonga até a primeira saída do exercito sul-africano, deixou um quadro de destruição de importantes infra-estruturas, com particular destaque para as pontes, mas fundamentalmente uma grande desarticulação das estruturas funcionais do estado e das empresas em consequência do êxodo de centenas de milhares de pessoas, estrangeiras e angolanas, que praticamente dominavam a gestão tanto da coisa pública como empresarial.

Esta primeira experiência de reconstrução é dominada pelo carácter ideológico do regime então implantado, donde sobressaiu a estatização dos meios de produção.

Os poucos quadros então sobranes eram de uma forma geral muito novos, estando no início das suas carreiras profissionais e repentinamente viram-se na posição de comando. Este clivar de gerações levou a que nem sempre fosse possível um espírito critico em relação às grandes decisões estratégicas.

No inicio da década de oitenta e face aos resultados francamente negativos então observados começou a germinar um sentido critico, que não era muito expansivo, face a natureza do regime.

No final da década de oitenta já havia a convicção geral de que o sistema então em vigor tinha de ser alterado. É nessa época que surgem os programas de Saneamento Económico e Financeiro (SEF), do Redimensionamento Empresarial, em que se assume como importante a reprivatização de alguns sectores produtivos.

No inicio da década de noventa e com os acordos de Bicesse inicia-se o segundo processo de reconstrução do país. Angola encontra-se numa situação critica. A destruição das infra-estruturas tinha conhecido um elevado grau, atingindo cidades, vilas, pontes e barragens, escolas e hospitais.

Mas o entusiasmo era enorme. A paz e as reformas económicas então em curso levaram centenas de empresários angolanos a iniciarem programas de investimentos um pouco por toda a parte. O interesse dos investidores estrangeiros fez-se sentir. Infelizmente este período durou pouco mais de 18 meses entrando-se numa nova guerra, que teve um breve interregno com os acordos de Lusaka, para depois se reiniciar em 1996, conhecendo-se aí as batalhas mais duras travadas durante as três décadas. O cortejo de destruição parecia interminável.

Este período caracteriza-se pela hiper-inflação, que na prática levou a que se processasse uma transferência de rendimentos tirando o pouco que a maioria tinha para engrossar o muito que poucos tinham.

O planalto central, nomeadamente as províncias do Huambo e Bié foram das regiões mais atingidas.

Algumas das infra-estruturas, que inclusive estiveram na base do seu anterior progresso, ate 1975, foram completamente arrasadas. Citamos o exemplo do CFB, a

barragem da Catumbela, a faculdade de Ciências Agrárias e os Instituto de Investigação Agronómica e Veterinária.

2.- Desenvolvimento rural implica necessariamente que a produção agrícola alcance níveis satisfatórios capazes de proporcionar, em primeiro lugar aos produtores, condições que satisfaçam as suas necessidades mínimas.

Ha, infelizmente no nosso país, a difusão da ideia de que Angola representa condições excepcionais para o desenvolvimento do sector agro-pecuário e de que o Huambo era o celeiro do país.

São ideias que não tem fundamentação técnica. No relatório do IV Plano de Fomento do então Estado de Angola e a propósito da agricultura o eng. agr. brasileiro Glauco Olinger foi citado como tendo afirmado que de uma forma geral, em condições naturais Angola apresentava das piores condições do mundo: solos relativamente pobres, clima, particularmente a pluviometria mal distribuída e escassa em algumas regiões.

Relativamente ao Planalto Central escreve o eng. Castanheira Diniz “a agricultura e a principal actividade dos umbundos, que perante um reduzido nível de fertilidade intrínseca dos solos e um condicionalismo ecológico pouco favorável as culturas usualmente praticadas, base da sua subsistência (milho, feijão, batata doce e mandioca), soube tirar notável partido do meio e das diversas situações fisiográficas que o mesmo lhe oferece”.

3.- Que perspectivas pode oferecer uma região que depois de três décadas de guerra se apresenta sem agua, energia, vias de comunicação terrestres em péssimo estado, a via ferroviária inoperacional? Cidades e vilas destruídas, êxodo rural acentuado (no recenseamento eleitoral de 1992 Huambo apresentava uma diminuição acentuada da sua população). Provavelmente hoje a situação será muito pior.

Apesar de todos estes condicionalismos estamos em crer que há lugar para se falar em desenvolvimento da província do Huambo, em geral, e da sua componente rural em particular.

Não nos podemos esquecer que a cidade do Huambo foi antes de tudo uma criação artificial do Governador Geral de Angola, General Norton de Matos e que passados meia dúzias de décadas era a segunda cidade de Angola, com um importante parque industrial, em centro de serviços, em que sobressai os ligados a estruturas militares da época.

O crescimento deu-se a volta do CFB que proporcionou as condições para o estabelecimento de uma importante rede comercial que conseguia armazenar e drenar para fora da província elevadas quantidades dos mais variados produtos agrícolas. Era também através da Caala, onde existiam os mais importantes complexos de silos de armazenamento de milho, que se processava a saída do milho produzido no norte da província da Huila, ai sim o verdadeiro celeiro de então.

4.- Angola de 1975 jamais voltara, porque a agua não passa duas vezes pela mesma ponte e o tempo não volta para trás. Não significa isto que esqueçamos o passado.

Antes pelo contrario e consideramos inclusive que uma tarefa importante será a de reunir toda a documentação sobre esta província. Tomaremos contacto, de certeza, com um manancial importante de conhecimentos que nos ajudarão a perspectivar melhor o futuro da província.

Por outro lado também há que ser muito realista. Por um lado tem de se fazer face a necessidade imediata de sobrevivência das pessoas daí a imperiosidade de projectos de curto prazo; mas se estamos a recomeçar praticamente do zero tracemos os programas que permitirão a médio e longo prazo modificar o actual panorama. Se queremos deixar aos nossos descendentes uma situação francamente melhor, cada dólar tem de ser bem aplicado.

5.- Ha algumas premissas que tem de ser observadas quando se pretende implementar um programa de desenvolvimento. De entre elas destacamos a questão da administração ou melhor dizendo do poder local. Esperemos que a nova constituição do país venha a clarificar a questão do poder local, tanto no que respeita as suas responsabilidades, como na captação e gestão dos recursos, sem esquecer evidentemente a forma como estes lugares serão providos.

Uma administração local eficiente e não corrupta e uma condição fundamental para o êxito de um programa de desenvolvimento.

A recuperação de infra-estruturas e a sua expansão e outro ponto fundamental. Vias de comunicação transitáveis permitirão melhorar as condições de transportação tanto de insumos como de produtos finais: contribuindo decisivamente para que os mesmos cheguem ao consumidor final a preços aceitáveis.

No caso do Huambo assume particular importância a questão da operacionalidade do CFB, estradas nacionais que cruzam a província, assim como algumas rotas secundarias, nomeadamente Alto-Hama-Bailundo-Mungo-Andulo, a rota do Sambo e Hungulo e es estradas de acesso as comunas do sul dos Municípios Longonjo e Ukuma.

A energia e a agua constituem outros pontos importantes e que devem merecer a melhor atenção das estruturas ligadas ao poder de decisão.

Entrando especificamente em aspectos ligados ao desenvolvimento rural, nesta fase importaria começar desde já a dar uma atenção particular a questão da comercialização da produção agrícola. Não há muita produção mas sempre vai havendo alguma.

Neste aspecto a questão do armazenamento dos produtos visando a diminuição das perdas pós produção, que em muitos casos pode atingir 50% ou mais da produção, constitui um elemento importante pois ao reduzirem-se perdas está-se implicitamente a aumentar as receitas dos produtores.

A organização das próprias transações devem merecer a atenção procurando não só que os produtores obtenham melhores preços para os seus produtos mas que também estes cheguem ao consumidor final a preços atraentes.

A apresentação comercial dos produtos, nomeadamente em perecíveis como a batata, o repolho, o tomate etc., devem fazer parte de um programa inicial de melhoramento do comércio de produtos agrícolas.

A instituição de feiras semanais (mercados) com um mínimo de organização, para que não surjam mini roques santeiros.

A volta do comércio surgirão necessariamente estruturas físicas que sem serem complexas requererão sempre um mínimo de qualidade técnica para que possam responder as necessidades apresentadas. E o silo ou armazém para cereais, que possibilitara a realização dos expurgos: a volta do silo pode surgir o moinho, assim como junto do armazém aparecerão as máquinas que permitirão calibrar e embalar os diferentes produtos.

Também a volta do comércio as organizações embrionárias dos produtores evoluirão para formas mais organizadas. Não nos esqueçamos de que a cooperativa agrícola constitui ainda hoje, no mundo moderno, a forma de organização dos produtores mais eficaz.

Será também a volta da estrutura organizativa dos produtores e do comércio que se desenvolvera o fornecimento dos insumos para a produção agrícola.

Sem entrar em detalhe, pensamos que o eixo Calenga-Lepi-Ekunha poderia constituir-se como ponto de partida para este tipo de projectos.

“O objectivo do desenvolvimento e assegurar a todo o homem, mulher e criança um nível de vida aceitável” (em Agricultura: Horizonte 2000, FAO, 1981). O aumento da produção não é o objectivo perseguido, mas constitui a condição previa para alcançá-lo, pois é um objectivo quantificável.

Para se aumentar a produção é necessário que as pessoas tenham acesso aos bens de produção, a educação e a capacitação.

De entre os bens de produção a terra é sem dúvida o mais importante. Pensamos que, nos dias de hoje, a situação do acesso a terra não assume a gravidade que apresentava no início da década de setenta muito embora seja de se tomar em consideração o aumento populacional verificado a volta das cidades do Huambo e Caála, mas com a paz e logo que surjam melhorias na circulação rodoviária as autoridades locais terão de estar atentas ao surgimento de verdadeiros “caçadores de terra”.

A par da terra, o acesso aos insumos modernos – sementes, fertilizantes e pesticidas – constituem elementos importantes para o aumento das produções e sobretudo da produtividade.

Mas sem uma boa capacitação dos agricultores a utilização destes modernos meios de produção poderão ter consequências nefastas, pois é sabido que a sua utilização leva a um aumento dos custos de produção que tem de ser compensados com ganhos de produtividade.

Para que os pequenos agricultores e, mesmo os grandes, possam ter acesso a estes meios e necessário proporcionar-lhes um serviço de crédito agrícola. Os conhecimentos que devem ser proporcionados aos produtores têm de estar alicerçados em resultados obtidos através da investigação. É a investigação agrícola que compete proporcionar tecnologias melhoradas de produção, sendo a ligação entre produtores e os órgãos de investigação realizados através de competentes serviços de extensão.

Estrategicamente a formação é talvez o segmento mais importante no que respeita ao apoio aos produtores e à produção. Um programa de formação, contemplando os diferentes níveis, desde a capacitação dos produtores, passando pelos cursos profissionais de nível secundário e médio, culminando com a formação superior, deveria constituir nesta fase uma das principais preocupações das autoridades políticas da província.

Nos últimos dez anos Angola, que já vinha numa situação extremamente deficitária, piorou a sua situação, por durante longos anos, de 1992 até praticamente ao ano de 2000 não havia qualquer tipo de curso agrícola no país a funcionar. Para se ter uma ideia do défice de formação assinale-se que, para o ano 2000, um estudo elaborado pela FAO projectava como necessidade para Angola, a entrada de 3 milénios, de 2000 agrónomos e 800 veterinários. Não sei se teremos hoje 10% destes indicadores.

Nesta altura conta-se com o Tchivinguiro para a formação de técnicos médios e a Faculdade de Ciências Agrárias para os de nível superior.

A Faculdade de Ciências Agrárias tem de merecer uma atenção especial por parte do Governo central, mas igualmente da governação provincial. A FCA não será, estamos certos, apenas uma unidade de formação, mas igualmente deverá inserir-se na comunidade que a rodeia, estudando, em estreita cooperação com a investigação, encontrando soluções para os graves problemas que a produção agro-pecuária encontra no planalto central. O estudo de conservação do solo, os problemas de erosão, as melhores tecnologias da sua exploração, o pequeno regadio, desenvolvimento de técnicas de construção de pequenas barragens, tem de constituir preocupação da FCA.

A continuação dos trabalhos ligados à exploração das exóticas florestais, a adaptação de algumas fruteiras são outros campos de trabalho. Compete à FCA preparar os quadros que no futuro estarão ligados não só à gestão dos vários organismos e projectos, mas sobretudo à investigação. Daí que uma boa selecção dos professores, sobretudo os estrangeiros, tenha de ser muito cuidadosa.

Os resultados não serão imediatos, mas dentro de 6-8 anos eles começarão a aparecer.

Todos os estudos que se fazem à volta do surgimento dos chamados “tigres asiáticos” concluem que o grande salto qualitativo dado por esses países, que eram extremamente pobres no início da década de sessenta, se ficou a dever aos investimentos realizados na educação.

6.- Como vimos a elaboração e implantação de um programa de desenvolvimento rural constitui um verdadeiro puzzle, mas com a diferença de que as peças, neste momento não estão fabricadas ou sequer encomendadas. A projecção destas acções no

tempo e fundamental para não se repetirem os mesmos erros havidos na reconstrução do país logo a seguir a independência nacional, em que sectores como a formação superior, a investigação, a economia de preços etc., foram relegados para segundo plano.

Mas temos de ser realistas e procurar linhas de trabalho para ir dando algumas respostas aos problemas mais sentidos da população.

Sem duvida que o principal problema e o da segurança, não física, mas aquela que lhe permite ao acordar saber que tem de comer e de que os filhos vão a escola. Isto e, a pessoa tem uma fonte de rendimento, seja pelo trabalho que desenvolve por sua conta e risco ou quando o faz para outrem.

O programa mais imediato será o de proporcionar aos pequenos produtores os insumos agrícolas de base: sementes, fertilizantes, instrumentos de trabalho, charruas, insecticidas, etc.

Já falamos sobre o papel do comércio. Mas na área de produção poderão ser iniciados alguns projectos de entre os quais destacaríamos os ligados a implantação de pequenos pomares ou plantações de arvores florestais. Para o efeito um centro de multiplicação de plantas, onde julgo ser relativamente fácil encontrar operários com experiência ligados a estrutura do IAA. Este centro poderia iniciar-se com os métodos mais tradicionais evoluindo depois para os de multiplicação rápida. Os perímetros florestais a estabelecer poderiam proporcionar a lenha e o carvão de que durante longos anos ainda constituirão a principal fonte de combustível. Industria de madeira também poderão vir a ser implantadas para o melhor aproveitamento do material lenhoso produzido.

Ligado ao estabelecimento dos pequenos pomares e mesmo a produção de hortícolas esta a questão do pequeno regadio, de que já havia alguma tradição na província.

Um programado melhoramento de obras publicas rurais, de entre as quais se incluem escolas, postos de enfermagem, pontes, etc., proporcionara empregos que contribuirão para um aumento imediato dos rendimentos das famílias.

Outra tradição que nos parece ser de recuperar será o da instalação de carneiros hidráulicos seja para a utilização na agricultura como para proporcionar agua a pequenos povoados.

Gostaríamos de ao finalizar esta comunicação deixar uma mensagem de optimismo quanto ao futuro desta província, embora com dificuldades imediatas, pois o homem é e será sempre o principal agente de mudanças. E, tal como assinalou Castanheira Diniz, estamos convictos de que estas gentes saberão encontrar não só os meios para ultrapassar os obstáculos que se lhes colocam o dia a dia de hoje como perspectivar um futuro melhor para os filhos e netos. Seria injusto que depois de 28 anos de guerra estivessem condenados a uma mera luta de sobrevivência.

Luanda, 7 de Outubro de 03

